



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639177 - SP (2021/0005392-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : EDISON LUIS GUIMARAES DOS SANTOS
ADVOGADO : EDISON LUIS GUIMARÃES DOS SANTOS - SP294228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : STEVEN LOURENCO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : THALLYSSON ALMEIDA MENDES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de STEVEN LOURENCO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2281189-21.2019.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos de roubo qualificado e adulteração de sinal de veículo automotor.

Após a prolação de sentença, o Tribunal de Justiça decretou sua nulidade e determinou a prolação de nova sentença, uma vez que nada consignou acerca do crime de adulteração de sinal de veículo automotor, mantendo, contudo, a prisão preventiva do paciente.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto carente de fundamentação idônea e o paciente ostenta condições pessoais.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente